

JORNAL do Sint-UFG

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás - Outubro/94 nº 04

Pró-Reitora explica a situação do plano de saúde dos servidores

O presidente Itamar Franco deveria ter assinado no início de outubro - portanto, há um mês - Medida Provisória instituindo o plano de saúde dos servidores públicos federais. A informação é da Pró-Reitora de Assuntos Comunitários, Iara Barreto, que em entrevista exclusiva ao **jornal do Sint-UFG**, disse que a universidade está trabalhando com outra possibilidade de plano, que estaria na dependência da conclusão de levantamento da saúde ocupacio-



Professora Iara (ao centro): levantamento da comunidade será intensificado

nal da comunidade universitária.

Segundo a professora Iara, uma modalidade de plano inviabiliza a outra. Ou seja, caso o

Presidente Itamar assine a Medida Provisória que cria o plano de saúde dos Servidores Públicos Federais, não seria autoriza-

da a criação da Caixa de Assistência, que é a modalidade de plano com a qual a UFG trabalha. Não saindo a MP, a Pró-Reitora afirmou que, tão logo seja concluído o levantamento da comunidade universitária, a proposta da Caixa de Assistência será discutida democraticamente com toda a comunidade. "O plano não pode ser uma imposição da Reitoria ou da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários", disse. Mais informações na **pág. 3**.

É hora de resistir aos ataques de FHC e seus aliados

Pág. 2

Sint-UFG faz prestação de contas dos meses de julho e agosto **Pág. 4**

UFG condenada a pagar correção de salário atrasado

A UFG foi condenada a pagar juros e correção monetária dos dias de atraso dos salários de outubro de 1990, dos servidores técnico-administrativos da instituição. A decisão final foi divulgada pelo Tribunal Regional do Trabalho (18ª Região), que acolheu recurso interposto na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia pelos servidores da UFG.

Para acolher o recurso, a Procuradoria Regional do Trabalho levou em consideração "o caráter alimentar dos salários devidos aos servidores públicos (dividas de valor) e o princípio do enriquecimento ilícito, a jurisprudência de nossos tribunais tem-se con-

duzido no sentido de admitir a correção monetária no pagamento dos vencimentos pagos em atraso, como meio de repor a perda de seu poder aquisitivo, principalmente numa economia de perverso regime inflacionário".

Visando a detalhar melhor o alcance dessa vitória obtida pelos servidores, o Sint-UFG publicará em breve um Boletim Informativo abordando exclusivamente esse tema. O objetivo é o de prestar o maior número de informações possíveis à categoria, demonstrando como vale a pena lutar pelos nossos direitos, principalmente quando os mesmos são líquidos e certos.

O reflexo da crise nacional da educação na

UFG

Pág. 2

Goiânia sedia o torneio regional da Copa Fasubra **Pág. 6**

EDITORIAL

Resistir ao ataque neoliberal de FHC e seus aliados

A vitória eleitoral de FHC na disputa presidencial nos remete a fazer um aprofundamento de seu significado. FHC obteve 34 milhões de votos, cerca de 36% do total. Mais de 16 milhões de brasileiros se abstiveram, 15 milhões votaram nulo e branco e 17 milhões votaram em Lula. Em outras palavras: a maioria não escolheu FHC, contudo não viu a candidatura de Lula como uma alternativa, preferindo outros candidatos, se abster, votar nulo ou branco. Mesmo não vencendo a disputa presidencial, os partidos comprometidos com a luta dos trabalhadores experimentaram no geral um crescimento, consolidando e ampliando os espaços da esquerda no Brasil.

Uma semana após o 1º turno das eleições gerais, percebe-se uma retomada da escalada de preços que fez com que alguns produtos nos supermercados subissem até 40%. Ao mesmo tempo, assistimos na TV, um patético pedido do Ministro Ciro Gomes para que a população, já famélica e há muito impossibilitada de participar do mercado consumidor, não consumisse, para com isso conter os aumentos de preços.

Retomam-se agora as articulações para viabilizar uma nova tentativa de revisão constitucional, sob o argumento de que alterações devem ser feitas para garantir a estabilização. Não bastasse mais um plano econômico/estelionato eleitoral, centrado no congelamento de salários da classe trabalhadora, as elites querem penalizar ainda mais os trabalhadores atacando os direitos conquistados.

Nas plenárias realizadas em 15 e 16/10 respectivamente, a FASUBRA e os demais SPF's, analisaram a conjuntura e as perspectivas do nosso movimento, sendo consenso que devemos retomar a mobilização com vistas a construção de nossa campanha salarial, lutando pela recuperação das perdas salariais, pela isonomia, pela rehierarquização dos cargos do PUCRCE/ nova apropriação da malha salarial mas, principalmente, com vistas a nos prepararmos para resistir e enfrentar a nova ofensiva neoliberal aos direitos dos trabalhadores, e a campanha da data base.

A aplicação deste programa significará o aprofundamento das reformas neoliberais no país, que nada mais são do que um ataque às conquistas sociais garantidas na Constituição de 88 pelos trabalhadores, como a previdência social, aposentadoria, estabilidade, saúde, educação, fim dos monopólios, etc.

Neste momento, devemos nos mobilizar não só para lutar pela nossa pauta de reivindicações, mas para nos prepararmos desde já para resistirmos e enfrentarmos mais um ataque das teses neoliberais garantindo nossas conquistas.

Querem golpear as entidades sindicais

Nos últimos dias começaram a circular notícias nos meios de comunicação que indicam uma ação por parte do governo, particularmente do Ministro do Trabalho, contra a organização sindical dos servidores públicos. Tais ações revelam uma articulação que visa impedir a liberação dos dirigentes sindicais mantendo-se o seu salário sobre a responsabilidade do poder público, impondo o ônus às entidades sindicais. Ao mesmo tempo, questiona-se o desconto em folha das contribuições sindicais com repasse direto para as entidades sindicais.

Informações apuradas dão conta de que a SAF estaria tentando impedir esses

descontos através do controle pelo SIAPE, e que a mesma haveria expedido uma comunicação a todos os órgãos incluídos no sistema. A Fasubra apresentou à SESU nossa posição intransigente de não aceitar qualquer restrição desta natureza, e cobrou do MEC uma posição firme contra este ataque aos nossos direitos.

Estas ações visam a desestruturação dos sindicatos para com isso debilitar nossa capacidade de intervenção, enfraquecendo-nos para o embate nas disputas que se configuram, particularmente no enfrentamento da reforma administrativa prevista para o início do Governo FHC.

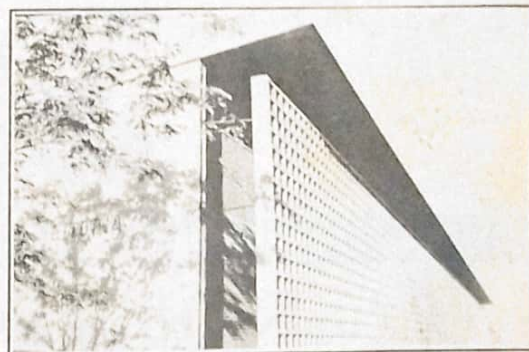
O reflexo da crise da educação na UFG

Refletindo a crise global da educação no país, a UFG está vivenciando uma situação de dificuldades, em razão da drástica redução de recursos do governo para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Da proposta inicial de Orçamento de 1994, que previa uma dotação para manutenção das IFES de US\$ 263 milhões, foi aprovado, em outubro, apenas US\$ 131 milhões.

Do repasse de verbas desse orçamento, a UFG recebeu o correspondente a 30% de suas necessidades. Equivale dizer: insuficientes para saldar débitos com o custeio básico, tais como água, luz, limpeza, vigilância, telefone etc. Tal situação agravou até mesmo o funcionamento do Restaurante Universitário, do qual muitos servidores dependem.

Não podemos analisar a crise na educação de maneira isolada, vez que ela insere-se dentro de uma política global que relega a segundo plano os problemas sociais do país (já incluídos a saúde - e previdência -, moradia, segurança pública, saneamento básico, entre outros) e prioriza as privatizações. A chamada política neoliberal em curso, que certamente terá prosseguimento no governo de Fernando Henrique, é a chave para entender essa crise.

Fechando o círculo, voltemos ao problema específico da universidade. Omitindo todos esses aspec-



UFG: a crise bate às portas da instituição

tos conjunturais, anteriormente colocados, alguns setores querem nos fazer crer que a crise é resultante do fato dos servidores desenvolverem jornada de 30 horas, do vale-alimentação, ou ainda devido ao subsídio dado para as refeições do RU. Trata-se de uma forma de tergiversar sobre uma questão irrefutável: o corte progressivo e sistemático de verbas para a educação.

Infer-se, pois, que a luta isolada do contexto mais amplo não levará a lugar nenhum. Vê-se a árvore, não a floresta. Todos os segmentos que defendem a permanência da universidade pública e gratuita devem se unir contra a política neoliberal do governo. A mobilização desses segmentos deve associar as questões específicas (como a Rehierarquização, defesa das 30h), com a luta mais ampla de defesa das universidades públicas. É nesse aspecto que a atuação conjunta de servidores, professores, estudantes e administração superior da universidade pode resultar em conquistas concretas para o movimento.

EXPEDIENTE

Jornal do
Sint-UFG

Órgão de Divulgação do Sindicato dos
Trabalhadores da Universidade Federal
de Goiás

5ª Av., esq. c/ 227, S. Universitário - Goiânia-GO - Fone: 261-4465

Diretoria
Coordenador Sindical:
Paulo Guerra
Coordenador Social:
Wilmir Ferraz
Secretário Sindical:
Pedro Rodrigues Cruz
Secretário Social:
Joaquim Leite de São José
1º Secretário de Finanças:
Júlio César Prates
1º Secretário de Imprensa e Divulgação:
José Nerivaldo Pimenta da Silva
Vice-Coordenador Sindical:

João Pires Júnior
Vice-Coordenadora Social:
Marilda Nogueira
2º Secretário de Imprensa e Divulgação:
Lucilene Fernandes Santana
2º Secretário de Finanças:
Pedro Batista da Silva
Assessor de Formação Política:
Aivelton Machado
Jornalista Responsável:
Francisco Barros (Reg. Prof. 429/03/116)
Programação Visual:
Marcos C. Diques
Coordenação Gráfica:
Gráfica Kelps - (062) 225-8116

*Os artigos assinados não representam, necessariamente, a opinião da diretoria do Sint-UFG



Profª Iara: compromisso de debater o Plano de Saúde com a comunidade

ENTREVISTA

Pró-Reitora fala sobre o plano de saúde dos servidores

A Pró-Reitora de Assuntos Comunitários, Iara Barreto, está consciente da grande expectativa com que os servidores aguardam o plano de saúde. Ela informou, em entrevista exclusiva para o Jornal do Sint-UFG, que a instituição está agilizando o levantamento da saúde ocupacional de seus servidores e espera concluí-lo ainda em 94. De posse desses dados, partiria para a discussão sobre a forma como seria esse plano de saúde. De uma coisa a Profª Iara já tem certeza: o Plano não deve ser uma imposição da Reitoria ou da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, mas resultado de um debate maduro com toda a comunidade universitária. Confira a íntegra da entrevista:

P. Em que estágio se encontra a discussão em torno do plano de saúde dos servidores da UFG?

R. A UFG está se preparando para este plano de saúde pensando em duas modalidades. Uma, é aquela que todos tem conhecimento, que é a criação de um plano para os servidores públicos federais. Esse plano viria na forma de uma Medida Provisória que o presidente Itamar Franco deveria ter assinado no início de outubro e que até o momento não saiu. Esse plano se baseia na devolução de 6% do CPSS que nos é descontado, acrescido de igual valor, que seria a contribuição da União. Teríamos assistência médica, odontológica, a cobertura de medicamentos e exames de uma forma geral. E a segunda possibilidade é de se criar a Caixa de Assistência da Universidade, que passa pelo levantamento completo da comunidade universitária. Ela incluiria todos servidores, ativos e seus dependentes, todos os aposentados e seus dependentes.

P. Uma modalidade inviabiliza a outra?

R. Extamente. Se o governo criar essa forma de devolução dos 6% já teria uma forma estruturada, reconhecida pelo governo. Com isso, a criação de outras Caixas seriam inviabilizadas. Pelo menos foi essa a posição inicial da SAF. Eu fiz uma consulta pessoal e eles colocam que, havendo o plano do governo, essa Caixa não seria mais autorizada. Então, estamos ainda num momento inconclusivo, uma vez que o nosso levantamento da comunidade está em andamento e o governo que prometeu a MP ainda não a assinou.

P. Qual a perspectiva dessa MP sair ainda este ano?

R. No final de outubro, a comissão de Seguridade Social da Andifes, da qual participa o nosso reitor, Ary Monteiro do Espírito Santo, elaborou um documento cobrando do presidente Itamar a imediata assinatura da MP. A expectativa é grande, pois já completou um mês que o presidente deveria ter assinado essa MP. Antes, dizia-se que não seria assinada para que ela não tivesse

caráter eleitoral. No entanto, a eleição passou, não houve 2º turno, e até o momento a MP não foi assinada.

P. Até quando a UFG pretende aguardar a MP do governo para implementar a Caixa?

R. Da nossa parte, só pretendemos saber qual o quantitativo da comunidade universitária. Só isso nos limita. Temos algumas dificuldades, como a grande extensão de pessoas a serem contactadas. Mas estamos acelerando esse trabalho e vamos tentar fechar o ano de 94 com ele concluído.

P. A partir disso, a Caixa teria como ser implementada?

R. Temos uma proposta de Caixa e ela seria colocada na rua. Não dá mais para esperar. Sabemos que em toda a comunidade universitária a expectativa é grande, em função da enorme necessidade. Os tratamentos médicos e odontológicos hoje se inviabilizam em decorrência dos salários que são pagos aos servidores.

P. Como seria o custeio do Pla-

no?

R. A nossa proposta inicial é estruturar uma Caixa de Assistência dos Servidores, que foi concebida ainda na época em que o Dr. Ary ocupava a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Colocaríamos, também, para a comunidade universitária um mapa comparativo entre todas as Caixas existentes, como a de Minas, Paraná e Santa Catarina. Com isso, a própria comunidade decidiria se deseja compor esse Fundo de Caixa com 1% e se tentaríamos que o governo repassasse os 6% ou não. O plano não pode ser uma imposição da Reitoria ou da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.

P. Como se daria esse processo de escolha?

R. Colocaríamos na mão de cada servidor os documentos para que ele os levasse para casa, discutisse nos sindicatos e na sua unidade. Posteriormente, faríamos uma consulta. Cada unidade, cada órgão, poderia discutir e elaborar um documento. Ou poderíamos fazer um plebiscito e votar nas formas propostas.

Qualidade do trabalho do CEGRAF rompe fronteiras

Atendimento de toda a demanda de material impresso da UFG, com a edição de revistas, livros e, ainda, realizando prestação de serviços para outros órgãos públicos. É esse, em síntese, o trabalho que está sendo executado pelos 60 servidores lotados no CEGRAF, sendo que os livros da Editora da Universidade estão sendo elogiados pela qualidade gráfica, tanto em Goiás como em outros Estados da Federação.

O CEGRAF, atualmente, além de responder por todo o material impresso, usado pelo conjunto da administração da UFG, ainda edita 10 revistas de unidades e uma média de 13 livros novos por ano. Para se ter uma

idéia da extensão desse trabalho, basta dizer que os diplomas dos alunos que concluem seus cursos são confeccionados um a um, de modo artesanal. A tiragem média dos livros editados está na faixa de 1.500 exemplares (didáticos) e mil (regionais). A qualidade gráfica e editorial dessas obras está sendo reconhecida nacionalmente.

De acordo com a diretora do CEGRAF, Profª Ione Maria de Oliveira Valladares, "estamos desenvolvendo um grande esforço para melhorar a qualidade gráfica. Os livros estão muito bem feitos. Tem muita gente que diz: até parece livro da Campanha da Letra". Fruto desse trabalho, a professora informa que o CEGRAF, além de atender a demanda inter-

na da UFG, também recebe encomendas de fora, geralmente de órgãos públicos, a exemplo da Prefeitura de Caldas Novas e do Conselho Federal de Educação.

Com o dinheiro arrecadado das três livrarias que estão vinculadas ao órgão e com os serviços prestados para fora, o CEGRAF mantém uma receita própria, que lhe permite investir em equipamentos, obtendo reflexos na qualidade gráfica de seus materiais, tanto no que diz respeito a composição, arte-final e impressão. "Não pensamos em lucro, puro e simplesmente, queremos com a nossa arrecadação poder investir em equipamentos, para assegurar a qualidade de nossas produções", comenta a professora Ione.

Dando suporte a todo esse trabalho, encontra-se a equipe de funcionários do CEGRAF. Segundo José Vieira, um dos diretores da unidade, uma das preocupações da direção do órgão tem sido a de motivar o quadro de pessoal, assegurando-lhe a participação em cursos de aperfeiçoamento e reciclagem profissional nas conferências e palestras na área. Isso transmite para o servidor, observa José Vieira, a importância de seu trabalho, rompendo com a acomodação, pecha comumente imputada ao servidor público. "O CEGRAF é um órgão de produção e através do trabalho individual de cada servidor, estamos desempenhando a contento nossas funções", finaliza.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/07/94

DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO	DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO
CONTAS DE RESULTADO	52 578,74	Despesas Jurídicas	748,92
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	52 578,74	Despesas Gerais Consumo	18,63
RECEITAS DIVERSAS - SEDE SOCIAL	10 421,03	Publicidade e Jornais	411,81
MERCADORIAS TRIBUTADAS	3 561,56	Outras Despesas	1 504,11
Vendas a Vista	3 142,34	Material de Consumo Impresso	1 234,80
Vendas a Prazo	419,22	Material de Consumo Computador	44,42
MERCADORIAS C/ ICMS RETIDO	6 859,47	DESPESAS VENDAS - CLUB	- 21 277,09
Vendas a Vista	5 490,62	Inss s/ Serv. Terceiros	101,37
Vendas a Prazo	1 368,85	Despesas Eventuais	66,11
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	75 016,16	Outras Despesas	346,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	75 016,16	Manutenção Piscina e Saunas	1 406,77
Contribuição Social	71 080,73	Gás de Cozinha	80,24
Receita de Convênios	3 764,19	Taxas ECAD	280,45
Outras Receitas	160,70	Salários/ Férias Gozadas	11 728,11
Convites/ Aluguel	10,54	Férias Inden. Indenizações Trabalhistas	747,78
RECEITAS EVENTUAIS	50,53	Inss Encargos Empresa	2 317,41
RECEITAS EVENTUAIS	50,53	Fgts	786,28
Outras Receitas	27,63	Honorários Autônomos	808,27
Receitas do Clube	22,90	Material Consumo e Expediente	2,53
OUTRAS RECEITAS	48 847,14	Telefones e Telefonemas	277,34
RECEITA COMANDO DE GREVE	15 901,11	Limpeza e Conservação	26,74
Contribuições de Associados	15 302,91	Combustíveis e Lubrificantes	1,09
Contribuição Intersindical	438,24	Manutenção de Veículos	4,72
Rendimentos Financeiros	141,61	Manutenção de Móveis e Utensílios	628,80
Outras Rendas	18,35	Despesas Postais	1,57
RECEITAS FINANCEIRAS	32 946,03	Vale Transporte	35,78
Rendimentos de Aplicações	26 623,02	Bans Nat. Permanente Util. Despesa	22,10
Juros/ Multas Contr. Sociais	3,21	Shows Contratados	18,18
Taxas s/ Operações Conveniadas	6 295,54	Assistência Médica e Hospitalar	437,86
Outras Receitas	21,57	Despesas Gerais/ Cozinha	53,03
Deflação Monetária	2,69	Material Esportivo	1 031,32
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS- 9 209,81		Prejuízo Vasilhame	67,20
ENTRADAS DE MERCADORIAS	- 9 043,38	DESPESAS NUCLEO EDUCACIONAL	- 16,76
COMPRAS TRIBUTADAS	- 1 633,01	Honorários Autônomos	16,76
Compras a Vista	1 477,47	DESPESAS COMANDO DE GREVE	- 12 709,91
Compras a Prazo	862,91	Despesas de viagens	954,83
(-) Icms s/ compras	- 707,37	Locação de Ônibus	1 774,61
COMPRAS ISENTAS	- 57,45	Combustíveis e Lubrificantes	11,36
Compras a Vista	19,60	Doações/ Contrib. Intersindical	5 511,69
Compras a Prazo	37,85	Despesas Faixas/ Cartazes	87,27
COMPRAS COM ICMS RETIDO	- 4 568,84	Material Publicidade Impressa	848,00
Compras a Vista	3 854,91	Outras Despesas	1 453,64
Compras a Prazo	713,93	Taxas de Inscrições	992,69
COMPRAS DE CARNE	- 2 473,79	Refeições e lanches	1 075,82
Compras a vista	1 346,51	DESPESAS TRIBUTARIAS	- 7 680,95
Compras a Prazo	1 127,28	Contribuições de Exercícios	13,51
COMPRAS DE CIGARROS	- 310,29	Taxas e Serviços Públicos	34,07
Compras a Vista	310,29	Outras Taxas e Contribuições	7,66
FRETES E CARRETOS	- 166,43	Licenciamento de Veículos	38,92
FRETES S/ COMPRAS	136,53	Multas/ Juros/ Cor. Monetária tributos	1,00
Fretes a Vista	21,66	Pis s/ Folha	191,16
Fretes a Prazo	8,24	Imposto de Renda s/ Aplicações	4 158,85
DESPESAS	- 72 546,31	Inss Parcela Judicial	3 143,26
DESPESAS OPERACIONAIS	- 27 146,42	ISSQ	92,52
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	- 27 146,42	DESPESAS DE DEDUÇÕES DE VENDAS	- 731,28
Salário/ férias gozadas	6 867,85	Icms s/ Vendas	518,60
Férias Indenizadas/ Inden. Trabalhistas	701,96	Confins s/ vendas	206,34
Inss Encargo Empresa	2 223,88	ICMS - Estimativa	6,34
Fgts	759,83	DESPESAS FINANCEIRAS	- 2 983,90
Honorários Autônomos	2 384,26	Taxas e Comissões Bancárias	1 258,81
Inss s/ Serv. Terceiros	340,34	Juros s/ Empréstimos Cap Giro	1 190,60
Serviços Proc. de Dados	512,31	Juros s/ Pagamento em Atraso	0,01
Telefones e Telefonemas	1 182,02	Multas e Juros	9,35
Foto/ Encadernação/ Serv. Gráficos	85,80	Inss Parcelado	167,98
Limpeza e Café	381,98	Outras Despesas	91,37
Combustível e Lubrificantes	939,99	Cor Monet s/ Impostos	265,78
Manutenção de Veículos	162,41		
Manutenção de Móveis e Utensílios	240,13		
Viagens e Estádias	628,31		
Despesas Postais	5,13		
Vale Transporte	1 488,80		
Refeições e Tikts	391,33		
Manutenção de Imóveis	191,39		
Encontros e Congressos	2 200,60		
Contribuições Sociais	1 470,24		
Assistência Médica e Hospitalar	25,17		

Goiania, 31 de julho de 1994

Sindicato Trab. da Universidade Federal de Goiás

Romilda Soares da Silva
CRC CT 5188

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/08/94

DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO	DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO
CONTAS DE RESULTADO	61 089,05	Assistência Médica e Hospitalar	25,17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	61 089,05	Despesas Jurídicas	777,29
RECEITAS DIVERSAS - SEDE SOCIAL	14 741,34	Despesas Gerais Consumo	18,63
MERCADORIAS TRIBUTADAS	5 237,71	Publicidade e Jornais	1 269,81
Vendas a Vista	4 623,44	Outras Despesas	1 707,30
Vendas a Prazo	614,27	Material de Consumo Impresso	1 453,70
MERCADORIAS C/ ICMS RETIDO	9 503,63	Material de Consumo Computador	44,42
Vendas a Vista	7 689,40	DESPESAS VENDAS - CLUB	- 26 738,81
Vendas a Prazo	1 814,23	Inss s/ Serv. Terceiros	101,37
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	95 511,47	Despesas Eventuais	68,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	95 511,47	Outras Despesas	562,85
Contribuição Social	90 010,32	Manutenção Piscina e Saunas	2 049,29
Receita de Convênios	5 329,91	Gás de Cozinha	182,20
Outras Receitas	160,70	Taxas ECAD	381,77
Convites/ Aluguel	10,54	Salários/ Férias Gozadas	14 407,55
RECEITAS EVENTUAIS	3 406,38	Férias Inden. Inden. Trabalhistas	1 021,77
RECEITAS EVENTUAIS	3 406,38	Inss Encargos Empresa	2 945,04
Outras Receitas	803,48	Fgts	987,27
Receitas do Club	2 522,90	Honorários Autônomos	1 055,64
OUTRAS RECEITAS	53 861,37	Material Consumo e Expediente	2,53
RECEITA COMANDO DE GREVE	16 198,87	Telefones e Telefonemas	332,84
Contribuições de Associados	15 302,91	Limpeza e Conservação	54,00
Contribuição Intersindical	438,24	Combustíveis e Lubrificantes	1,09
Rendimentos Financeiros	439,37	Manutenção de Veículos	4,72
Outras Rendas	18,35	Manutenção de Móveis e Utensílios	628,80
RECEITAS FINANCEIRAS	37 662,50	Despesas Postais	1,57
Rendimentos de Aplicações	28 379,01	Vale Transporte	35,78
Juros/ Multas Contr. Sociais	3,21	Bans Nat. Permanente Util. Despesa	290,10
Taxas s/ Operações Conveniadas	9 274,07	Shows Contratados	18,18
Outras Receitas	3,52	Assistência Médica e Hospitalar	437,86
Deflação Monetária	2,69	Despesas Gerais/ Cozinha	69,88
CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS- 14 672,09		Material Esportivo	1 031,32
ENTRADAS DE MERCADORIAS	- 14 391,38	Prejuízo Vasilhame	67,20
COMPRAS TRIBUTADAS	- 2 591,15	DESPESAS NUCLEO EDUCACIONAL	- 16,76
Compras a Vista	1 924,79	Honorários Autônomos	16,76
Compras a Prazo	1 730,21	DESPESAS COMANDO DE GREVE	- 12 711,06
(-) Icms s/ compras	- 1 063,85	Despesas de viagens	954,83
COMPRAS ISENTAS	- 194,55	Locação de Ônibus	1 774,61
Compras a Vista	19,60	Combustíveis e Lubrificantes	11,36
Compras a Prazo	174,95	Doações/ Contrib. Intersindical	5 511,69
COMPRAS COM ICMS RETIDO	- 7 684,96	Despesas Faixas/ Cartazes	87,27
Compras a Vista	5 861,71	Material Publicidade Impressa	848,00
Compras a Prazo	1 823,25	Outras Despesas	1 454,79
COMPRAS DE CARNE	- 3 215,91	Taxas de Inscrições	992,69
Compras a vista	2 080,63	Refeições e lanches	1 075,82
Compras a Prazo	1 127,28	DESPESAS TRIBUTARIAS	- 9 099,05
COMPRAS DE CIGARROS	- 704,81	Contribuições de Exercícios	13,51
Compras a Vista	704,81	Taxas e Serviços Públicos	368,01
FRETES E CARRETOS	- 280,71	Outras Taxas e Contribuições	7,66
FRETES S/ COMPRAS	136,53	Licenciamento de Veículos	38,92
Fretes a Vista	77,29	Multas/ Juros/ Cor. Monetária tributos	1,00
Fretes a Prazo	66,89	Pis s/ Folha	212,21
DESPESAS	- 91 759,42	Imposto de Renda s/ Aplicações	4 392,29
DESPESAS OPERACIONAIS	- 38 789,73	Inss Parcela Judicial	3 880,84
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	- 38 789,73	ISSQ	154,61
Salário/ Férias Gozadas	9 289,63	DESPESAS DE DEDUÇÕES DE VENDAS	1 102,64
Férias Indenizadas/ Inden. Trabalhistas	701,96	Icms s/ Vendas	803,55
Inss Encargo Empresa	2 805,86	Confins s/ vendas	292,75
Fgts	956,28	ICMS - Estimativa	6,34
Honorários Autônomos	4 200,98	DESPESAS FINANCEIRAS	- 3 301,37
Inss s/ Serv. Terceiros	340,34	Taxas e Comissões Bancárias	1 311,99
Serviços Proc. de Dados	648,81	Juros s/ Empréstimos Cap Giro	1 190,60
Telefones e Telefonemas	1 462,18	Juros s/ Pagamento em Atraso	0,01
Foto/ Encadernação/ Serv. Gráficos	85,80	Multas e Juros	9,35
Limpeza e Café	606,22	Inss Parcelado	417,28
Combustível e Lubrificantes	1 126,75	Outras Despesas	106,36
Manutenção de Veículos	467,93	Cor Monet s/ Impostos	265,78
Manutenção de Móveis e Utensílios	367,57		
Viagens e Estádias	667,60		
Despesas Postais	150,03		
Vale Transporte	2 175,07		
Refeições e Tikts	417,80		
Manutenção de Imóveis	213,04		
Cursos e Reciclagens	333,00		
Encontros e Congressos	2 200,60		
Contribuições Sociais	4 275,96		

Goiania, 31 de agosto de 1994

Sindicato Trab. da Universidade Federal de Goiás

Romilda Soares da Silva
CRC CT 5188

Relações entre estado e servidores são autoritárias

Desde 1988 a FASUBRA-SINDICAL vem lutando pela dignidade das Relações de Trabalho entre os Servidores e as Instituições do Estado. As iniciativas passam pelo PUCRCE, pela intervenção no processo constituinte para garantir nossas conquistas na Constituição de 88, pela apresentação ao parlamento da proposta de RJU, DPC, Seguridade Social, dentre outros.

Ainda assim, são cada vez mais autoritárias as Relações entre o Estado e os Servidores Públicos, como de resto em todas as relações de trabalho no Brasil. Evidência disto foi a tentativa de coerção de nosso inalienável direito de greve, garantido constitucionalmente.

Neste momento, toma corpo cada vez mais a proposta do Contrato Coletivo de Trabalho onde, em tese, estariam regulamentadas as relações entre patrões e empregados. Sabemos de outra parte, que a intenção de FHC e da classe patronal é usar desta tese para cortar conquistas dos trabalhadores.

A CUT no entanto, já tem um

acúmulo e lutará para implantar o Contrato Coletivo Nacional Articulado que garanta a todos os trabalhadores os mesmos direitos e garantias individuais e coletivas.

Para nós, servidores públicos, está colocado o desafio da discussão com vistas a também assegurarmos nossas conquistas, rompendo a unilateralidade e o autoritarismo das relações de trabalho no interior do estado brasileiro.

Com essa perspectiva nossa Federação já representou os SPF no Fórum Nacional realizado em 1993 pelo Ministério do Trabalho e realizou painel de debate no XI CONFASUBRA. Nossa nova iniciativa é a realização em conjunto com a ANDES-SN e a ANDIFES do I Fórum Nacional sobre Relações de Trabalho e Negociação Coletiva nas IFES, que acontecerá de 22 a 25 de novembro próximos. A participação de um delegado por entidade de base da Federação será fundamental para posteriormanete aprofundarmos o debate na base da categoria.

A luta pela conquista da rehierarquização

Em nosso último movimento grevista, a FASUBRA construiu uma proposta que visava a reorganização dos cargos do PUCRCE de forma a corrigir problemas gerados pelas incoerências políticas da SAF e, particularmente, impedir uma desestruturação geral da hierarquia funcional do plano, em função da aplicação da Lei 8743/93, que trata do enquadramento dos agentes de portaria.

Durante a greve, negociando com o MEC e a ANDIFES chegamos a um acordo.

Passados mais de três meses do término do movimento, o acordo não foi efetivado e todos os problemas apontados pela FASUBRA estão ocorrendo, com um aumento da insatisfação da categoria, tanto do ponto de vista funcional quanto salarial.

A plenária nacional da FASUBRA aprovou a luta pela rehierarquização com a consequente nova apropriação da malha salarial, como eixo

central de nossa mobilização na pauta específica neste momento, apontando para a necessidade de intensificarmos a pressão junto aos Reitores, ao MEC e à SAF para garantirmos sua efetivação. Neste sentido, a plenária da FASUBRA orientou as audiências com os Reitores no dia 26/10, e que as AG's de 27/10 discutam a proposta de paralisações semanais sequenciadas como um dos instrumentos de pressão.



INFORME FASUBRA

1) COMUNICAÇÕES GERAIS

A) ORÇAMENTO DA UNIÃO

Aprovado o orçamento da união, contemplando emendas no tocante a concessão do Vale Alimentação. Segundo informações obtidas junto à Assessoria da Liberação do Partido dos Trabalhadores, os recursos destinados ao pagamento dos precatórios desta vez foram inseridos em rubrica específica, ao contrário do ano anterior, quando foram inseridos junto com a verba de pessoal, possibilitando manipulações por parte da área econômica que não corrigiu pelo mesmo fator a verba destinada ao pagamento dos precatórios.

Segundo estudo da SOF/SEPLAN, estão destinados, ao todo, para o serviço público R\$ 816,30 milhões para o pagamento de sentenças judiciais. É importante lembrar que o fator de correção do orçamento adotado pelo governo, quando da atualização do orçamento e conversão de seus valores de Cruzeiro Real, para o Real, considerou uma expectativa de inflação 0 (zero) de julho até dezembro, rebaixando já de início o índice final de correção.

A FASUBRA-SINDICAL já obteve junto ao Congresso Nacional cópia da proposta orçamentária que foi a votação no Congresso e enviá-la a cada entidade de base do orçamento geral das respectivas Universidades. Da mesma forma, consultaremos nossa Assessoria Jurídica sobre a questão dos precatórios.

B) I FÓRUM SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA NAS IFES

Tendo em vista a realização da Plenária Nacional da ANDIFES nos dias 24, 25 e 26 de novembro em Brasília, tornou-se necessário uma alteração da data do Seminário, que deverá ocorrer no período de 08 a 11 de dezembro, sendo que serão processadas as alterações necessárias na programação.

Após as reuniões da Comissão Organizadora do Seminário, serão remetidas informações completas a todas entidades de base. A FASUBRA-SINDICAL está organizando uma coletânea de textos sobre o tema que será remetida a todas as entidades e Grupos de Trabalho.

C) CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Foi publicada a Medida Provisória nº 661, de 18 de outubro de 1994, que "altera dispositivos da Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, e da Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências". Em síntese, esta MP extingue o Conselho Federal de Educação - CFE, e cria o Conselho Nacional de Educação - CNE, atribuindo ao MEC (...) as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, competindo-lhe velar pela observância das leis do ensino (...).

A MP cria o Conselho Nacional na linha do que está definido no projeto de LDB em tramitação no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo contempla na composição do CNE, em seu artigo 8º, dentre outras representações da comunidade educacional, no inciso II, letra f) 1 (um) conselheiro indicado por entidade nacional que congregue o setor técnico-administrativo da educação", emenda esta proposta para inclusão na LDB pela FASUBRA, consistindo assim numa importante vitória de nossa categoria na sua autodeterminação de se constituir e organizar-se enquanto profissionais da educação.

Cópia da MP, publicada no DOU nº 199, de 19 de outubro de 1994, seção I, pag. 15799, está sendo remetida às entidades de base, e ao GT - Educação para análise.

2) AUDIÊNCIA COM PROF. JOCELINO-ASSESSOR ESPECIAL DA SESU

A reunião serviu para preparar audiência marcada com a SESU, Prof. Rodolfo, a ocorrer no próximo dia 25/11, às 17:00h, tendo sido tratados os seguintes assuntos:

A) VALE ALIMENTAÇÃO

Segundo o Prof. Jocelino, após a aprovação do orçamento deverá ser regularizado o

repasso de verbas para o pagamento do benefício a todos os servidores contemplados pela legislação.

B) PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS

Relembrando os problemas ocorridos anteriormente, alertamos à SESU sobre a necessidade de se processar, com a devida correção, o pagamento imediato dos precatórios constantes do orçamento aprovado. Ao mesmo tempo, salientamos a importância do MEC iniciar desde já as ações com vistas a garantir que os precatórios sejam pagos com a atualização completa de seus valores, de forma a impedir as manipulações anteriores detectadas. Na reunião com o Prof. Rodolfo iremos retomar o assunto e solicitar do MEC as datas e os montantes a serem repassados às IFES.

C) CONCURSO PARA OS HU's

Apresentamos nossas preocupações com a manutenção do acordo firmado quando da concessão das vagas que objetivava a contratação exclusiva para os HU's com a consequente redução e suspensão das contratações via Fundações de Apoio. Introduzimos também questão que está ocorrendo na Escola Paulista de Medicina, onde ao que tudo indica o Diretor Geral está pretendendo utilizar desse Concurso, como concurso de efetivação de funcionários enquadrados no RJU, mas que não possuem efetividade, nem estabilidade. O assunto está sendo aprofundado pelos companheiros da EPM e da FASUBRA.

Introduzimos também, a questão dos servidores que foram aprovados em concursos de Ascensão Funcional e que se encontram ameaçados de terem que retornar aos cargos de origem, colocando da necessidade que sejam encontradas soluções mediadas para a questão.

D) FUNDASE/ CAPACITAÇÃO

Conforme decisão da Plenária, apresentamos a solicitação de que fossem adotadas ações institucionais do MEC junto ao FUNDASE no sentido de se assegurar uma dilatação dos prazos e a destinação dos recursos derivados da área da educação às Instituições, bem como se iniciasse de imediato uma discussão acerca da conformação de um programa nacional de capacitação do Técnico-Administrativo.

Por proposição do MEC, foi acertada a realização de uma reunião entre MEC, FASUBRA-SINDICAL, SINASEFE e ANDIFES para tratar do assunto, e para discussão de ações conjuntas que visem a garantia da destinação de recursos para as IFES de forma articulada.

A reunião ficou marcada inicialmente para o dia 31/10, às 10:00 h, na SESU.

E) DOCUMENTO DO COSJUB

Apresentamos nossas inquietações quanto ao documento e a sua tramitação, bem como das demais medidas propostas pelo relatório da Comissão de Autonomia, relembrando que o acordo inicial com o Ministro era de que somente seriam implementadas as questões consensuais, reivindicando que todas as ações que venham a ser adotadas sejam precedidas de consulta formal às entidades envolvidas.

O Prof. Jocelino esclareceu que o estudo do COSJUB foi uma reelaboração de estudo anteriormente existente e que sua tramitação encontrava-se ainda a nível de MEC. Na reunião com o Prof. Rodolfo voltaremos a tratar do assunto.

F) REHIERARQUIZAÇÃO

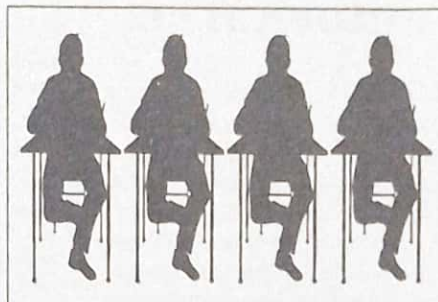
Informou o Prof. Jocelino que em contato com o Secretário Adjunto da SAF, Sr. Wilson Calvo, em 18/10/94, o mesmo havia colocado que não existem expectativas no momento para publicação. O Prof. Jocelino informou que o MEC está fazendo estudos com vistas a, dentro das competências e autoridade do MEC, buscar formas de se efetivar pelo menos transitoriamente alguma medida, salientando que o Ministro mantém seu apoio à questão.

CPPTAS realizam encontro em Goiânia

Foi realizado nos dias 13 e 14 de outubro, em Goiânia, na Faculdade de Direito da UFG, o 3º Encontro Regional de CPPTAS, que foi preparatório para o Encontro Nacional, que deverá acontecer em Belém (PA). O evento serviu para cada uma das sete CPPTAS presentes apresentar os trabalhos que vem desenvolvendo em âmbito interno. Com isso, puderam realizar troca de experiências e identificar os seus respectivos campos de atuação.

O Encontro Regional, confor-

me informou a presidente da CPPTA da UFG, Austéria Margarida L. Moraes, a Guida, "serviu para se fazer uma reflexão acerca dos aspectos que entram na elaboração de uma política de pessoal". Entre as propostas aprovadas consta a criação de um órgão normatizador da carreira, em âmbito nacional, que seria formado pelas instituições de ensino público (agrotécnicas e técnicas);



e a criação de um órgão fiscalizador, em cada instituição, para assegurar o cumprimento do plano de carreira.

A CPPTA da UFG foi eleita em agosto passado e cumprirá mandato de três anos. Ela possui 10 membros, sendo três titulares, com seus respectivos suplentes, que foram eleitos como representantes do nível superior, médio e de apoio. Os demais, (dois representantes da Reitoria e dois suplentes) foram indicados pela administração superior da UFG. A presidente da CPPTA, conforme já assinalado, é Austéria Margarida L. Moraes, a Guida.

ATIVIDADES SOCIAIS

Mês da criança foi um grande sucesso

Outubro foi um mês de intensas atividades no Clube do Sint-UFG, em decorrência do mês da criança. A promoção obteve grande sucesso, a começar pela programação inicial, que consistiu nas apresentações do grupo de dança Life e de capoeira, com o Professor Passarinho. Em seguida, foi a vez da pescaria infantil, que definiu como ingresso um brinquedo usado, sendo que toda a arrecadação foi doada para a creche do conjunto Itatiaia.

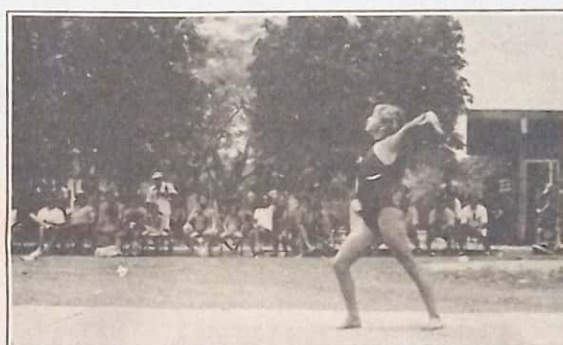
Na semana seguinte (09/10), as brincadeiras centraram-se em atividades como polo-aquático (com certificado de participação do grupo vencedor); bilhar, peteca e natação. Mas a diversão maior foi reservada para o Dia da Criança (12/10), que contou com a presença de mais de mil pessoas, entre associados e convidados. Para diversão da criançada, havia palhaços, pipoca e algodão doce. Também foi realizado concurso de pintura e dramatização.



Atletas infantis do Pólo Aquático recebem certificado de participação

A programação teve prosseguimento nos dias 15 e 16/10, com a realização de matinê dançante, sendo o ingresso 1 Kg de alimento não perecível, destinando toda a arrecadação ao abrigo de menores de rua do grupo Regeneração. O domingo (16/10), foi reservado para a apresentação de ginástica Olímpica, que ficou a cargo do grupo do Sesi.

Fechando com chave-de-ouro o mês da criança, foi realizado o Festival de Sorvete, precedida da apresentação de karatê, com o Professor Cristiano. E por fim, nos dias 29 e 30/10, aconteceu o quadrangular de Futebol de Campo, que teve a participação de equipes infantis. O resultado foi o seguinte: 1º lugar - Futebol Arte; 2º Sint-UFG; 3º Goiás Esporte Clube; e 4º Escola da Asufego.



Apresentação de ginástica olímpica atraiu a atenção dos presentes

Torneio regional aponta classificados para Copa Fasubra

Foi realizado no Clube do Sint-UFG, no período de 27 a 30 de outubro, o Torneio Regional Centro-Oeste, classificatório para a IV Copa Fasubra de Futebol de Salão e Campo, que acontecerá de 27 de dezembro a 3 de janeiro próximos, em Belo Horizonte (MG). Participaram as equipes de servidores das universidades de Brasília, Uberlândia, Acre, Mato Grosso, além de Goiás.

Nesse torneio, a hegemonia do

Sint-UFG quebrada, pois desde 1989 as equipes do Estado vinham dominando essas competições. A classificação final ficou do seguinte modo: Campo - 1º colocado Uberlândia, 2º Brasília, e 3º Goiás; Salão - 1º Mato Grosso, 2º Goiás e 3º Uberlândia. Desse modo, vão disputar a IV Copa Fasubra os primeiros colocados nas duas modalidades, portanto, as equipes de Uberlândia e Mato Grosso.



As equipes participam do ato de abertura do torneio